



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

Ata da Reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil

Aos oito e nove dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e cinco, na Cidade de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, na Sala de Reunião do L'Hotel, reuniu-se, regularmente convocado, o Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, com a presença do Exmo. Sr. Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, Presidente do egrégio Supremo Tribunal Federal e dos Presidentes de Tribunais de Justiça dos Estados da Federação, à exceção de Goiás, e dos membros do Conselho Executivo do Colégio. Instalou-se a reunião no dia 08 de junho, às 19 horas e 30 minutos, em sessão solene no Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com as presenças do Exmo. Sr. Dr. Mário Covas, MD. Governador do Estado e do Exmo. Sr. Dr. Paulo Salim Maluf, DD. Prefeito Municipal de São Paulo, de Desembargadores do Tribunal de Justiça e de outras altas autoridades do Estado e do Município. No dia 09, às 09 horas e 30 minutos, iniciaram-se os trabalhos, sob a presidência do Exmo. Sr. Desembargador José Fernandes Filho, Presidente da Comissão Executiva do Conselho, que, após proceder a abertura dos trabalhos, comunicou o recebimento de mensagem de agradecimento ao Colégio do Exmo. Sr. Dr. Ministro Octávio Gallotti; trouxe ao Colégio a notícia de lhe ter sido conferida a Medalha do Mérito Judiciário dos Estados do Maranhão e do Espírito Santo, honrarias de que participam todos os integrantes do Colégio; anunciou que, ainda no mês de junho, deve ser votado no Congresso Nacional o projeto de lei referente aos Juizados Especiais; comunicou, também, os contatos mantidos com o Exmo. Sr. Dr. Ministro Sepúlveda Pertence, no Supremo Tribunal Federal, sobre a grave situação do Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso; com os Senadores Antônio Carlos Magalhães e Ronaldo Cunha Lima e com o Deputado Federal Ibrahim Abi-Ackel, renovando o pedido de sugestões a todos os Presidentes de Tribunais sobre o Estatuto da Magistratura, tecendo, ainda, considerações sobre o projeto de reforma constitucional apresentado pelo Deputado Eduardo e sobre o projeto do controle externo do Poder Judiciário, pelo Deputado José Germino. O Desembargador Licínio Carpinelli Stefani expôs, em detalhes, os problemas do Poder Judiciário que preside com o chefe do Poder Executivo estadual. Em seguida, o Desembargador José Fernandes Filho apresentou moção de solidariedade ao Desembargador Licínio Stefani, que, discutida, foi aprovada à unanimidade, designando-se o Desembargador Gama Malcher para emprestar a redação definitiva da moção. Em obediência à temática previamente estabelecida para a reunião - a experiência dos Tribunais na agilização da prestação jurisdicional – seguiram-se as exposições dos Estados do Espírito Santo, pelo Desembargador Pedro Valls Feu Rosa, com ilustração em vídeo; da Bahia, pelo Desembargador Paulo Roberto Bastos Furtado, especificamente quanto aos Juizados de Trânsito; do Rio de Janeiro, pelo Desembargador José Lisboa da Gama Malcher, centrando sua exposição sobre o acompanhamento e fiscalização da atividade jurisdicional em primeiro grau; do Estado de São Paulo, sobre a experiência dos Juizados Informais de Conciliação e Especiais de Pequenas Causas, e de Juizados Itinerantes; do



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

Estado de Minas Gerais, pelo Desembargador José Fernandes Filho, abordando o Mutirão realizado em sua profícua gestão na Presidência do Tribunal de Justiça; do Paraná, pelo Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento e do Rio Grande do Sul, pelo Desembargador Milton Martins. As experiências foram amplamente discutidas e aplaudidas. Distribuiu-se, sobre cada experiência, material elucidativo, como memoriais, fitas de vídeo, etc. O Colégio decidiu manter a Comissão designada para a audiência com o Presidente da República que, acrescida do Desembargador Cláudio Nunes, manterá entendimentos com o Ministro da Previdência Social, Dr. Reinold Stephanes. Constituiu o Colégio uma Comissão para examinar as sugestões para o Projeto do Estatuto da Magistratura constituída pelos Desembargadores José Fernandes, Gama Malcher, Weiss de Andrade e João Ulhoa; os Tribunais apresentarão suas sugestões até o dia 15 de julho, enquanto a Comissão apresentará suas conclusões na próxima reunião do Colégio, a se realizar em João Pessoa, no dia 18 de agosto. Expuseram, ainda, suas experiências, o Desembargador João Martins, de Santa Catarina, e Roberto Aragão, do Amazonas. O Coronel Augusto Neves, do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, expôs o problema da Justiça Militar no Brasil e do processo do presídio de Carandiru. O Desembargador José Fernandes expressou a honra do Colégio em contar com a presença do Ministro Sepúlveda Pertence, que agradeceu o convite e se colocou à disposição permanentemente para discutir os problemas do judiciário brasileiro. Finalizando, o Desembargador José Fernandes agradeceu a fidalga hospitalidade com que o anfitrião, Desembargador Weiss de Andrade, a todos distinguiu. Nada mais havendo, lavrei a presente ata, que vai devidamente assinada . Eu, Robério Nunes dos Anjos, Secretário ad hoc.

Seguem assinaturas.